

## Hostilidades urbanas: uma perspectiva feminina sobre o espaço urbano

### Urban hostilities: a feminine perspective on urban space

### Hostilidades urbanas: una perspectiva femenina del espacio urbano

*Yara Coelho Neves, doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.*

*E-mail: yara.neves@arquitetura.ufjf.br  <https://orcid.org/0000-0002-6425-3221>*

*Brenda Costa Salatiel Batista da Silva, graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Juiz de Fora.*

*E-mail: brenda.salatiel@estudante.ufjf.br  <https://orcid.org/0009-0003-3608-3514>*

**Para citar este artigo:** NEVES, Y. C.; SALASTIEL, B. C. Hostilidades urbanas: uma perspectiva feminina sobre o espaço urbano. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 135-147, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p135-147

**Submissão:** 2024-02-15

**Aceite:** 2024-06-24

### Resumo

O presente artigo discute o uso do espaço público pela mulher, abordando por meio de um traçado histórico a influência do patriarcado e do conceito de propriedade privada no não reconhecimento do trabalho reprodutivo feminino. Além disso, a pesquisa enfoca os desafios enfrentados pelas mulheres, especialmente no contexto



urbano, ao se inserirem no mercado de trabalho e em ambientes que não foram inicialmente projetados para elas. Embora as mulheres tenham conquistado espaço nos ambientes profissionais, continuaram responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o que corrobora para uma sobrecarga e contribui para a feminização da pobreza. A conclusão destaca a importância de repensar a estrutura urbana para acolher as necessidades específicas das mulheres, proporcionando ambientes mais seguros e inclusivos. Ao compreender e abordar as complexidades enfrentadas por elas no uso do espaço público, espera-se contribuir para a criação de cidades mais equitativas e acessíveis a todos os grupos sociais.

**Palavras-chave:** Mulheres; Espaço urbano; Espaço público; Cidade; Hostilidades.

## Abstract

The present paper discusses the use of public space by women, approaching through historically outline the influence of the patriarchy and the concept of private propriety in the non-recognition of female reproductive work. Beyond that, the research focuses on the challenges faced by women, especially in the urban context, when entering the job market and environments that were not initially designed for them. Although women have gained space in professional environments, they continue to be responsible for reproductive work, placing a certain overload on them and contributing to the feminization of poverty. Finally, the work highlights the importance of rethinking the urban structure to welcome the specific needs of women, providing safer and more inclusive environments. By understanding and addressing the complexities they face in the use of public spaces, we hope to contribute to the creation of more equitable and accessible cities for all social groups.

**Keywords:** Women; Urban space; Public space; City; Hostilities.

## Resumen

El presente artículo aborda el uso del espacio público por parte de la mujer, explorando a través de un recorrido histórico la influencia del patriarcado y el concepto de propiedad privada en el no reconocimiento del trabajo reproductivo femenino. Además, la investigación se centra en los desafíos que enfrentan las mujeres, especialmente en el contexto urbano, al incorporarse al mercado laboral y a entornos que inicialmente no fueron diseñados para ellas. A pesar de que las mujeres han ganado espacio en los ámbitos profesionales, continúan siendo responsables del trabajo reproductivo, lo que contribuye a una carga adicional y contribuye a la feminización de la pobreza. La conclusión resalta la importancia de repensar la estructura urbana para atender las necesidades específicas de las mujeres, proporcionando entornos más seguros e



inclusivos. Al comprender y abordar las complejidades que enfrentan en el uso del espacio público, se espera contribuir a la creación de ciudades más equitativas y accesibles para todos los grupos sociales.

**Palabras clave:** Mujer; Espacio urbano; Espacio público; Ciudad; Hostilidad.

## INTRODUÇÃO

A divisão de tarefas a partir do gênero é intrínseco ao desenvolvimento da humanidade. Entretanto, essa divisão começa a se tornar conflituosa quando surge a ideia de propriedade privada, acumulação, trabalho remunerado e produção enquanto atividade altamente valorada. Heleieth Saffioti (2013, p. 53) afirma que, quando o valor de troca passa a permear os artigos produzidos pelos trabalhadores, eles passam a se configurar como mercadoria e a força de trabalho ganha a mesma determinação.

Dentro da lógica do surgimento do capitalismo, aconteceu uma clara divisão de tarefas ligadas a cada gênero. Segundo Saffioti (2013, p. 61-66), a mulher sempre teve determinada importância no trabalho, afinal as que estavam nas camadas sociais mais baixas se ocupavam da produção de bens e serviços, ou seja, nunca estiveram alienadas do trabalho, sempre atuaram em prol da subsistência de suas famílias. Nas sociedades pré-capitalistas, a família era o núcleo econômico e, por conta disso, o trabalho que as mulheres se ocupavam em desempenhar era focado no benefício desse grupo (nele e para ele). Dessa maneira, a mulher seria colocada como inferior ao homem nas esferas jurídica, social e política, mas sua participação no sistema produtivo – de certa maneira – era necessária e importante. O limite para essa participação se dava pela impossibilidade de ocuparem posições privilegiadas, ficando sempre relegadas às mais subalternas possíveis. Assim, com o estabelecimento efetivo do sistema capitalista em nossa sociedade, as mulheres foram postas em um lugar de completa marginalidade (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Dessa forma, ao longo dos anos, estabeleceu-se que as mulheres acumulariam essa tortuosa participação no trabalho produtivo com todas as demandas do trabalho reprodutivo, fundamentalmente necessário para sustentar todo o sistema e socialmente desvalorizado, pois não gera mercadoria em si. A mulher ficou muito relegada ao espaço privado, sendo responsável por tudo que envolve cuidados com a casa, com a prole, com os idosos e demais atividades não remuneradas. No entanto, o patriarcado emerge com o não reconhecimento desse trabalho reprodutivo, hierarquizando a importância de cada função na família e corroborando a manutenção da relação de poder e domínio do homem sobre a mulher.



A discussão da estrutura social e econômica a partir de uma perspectiva de gênero se faz fundamental quando vamos levantar um debate sobre o direito à cidade, principalmente relacionado ao que tangencia segurança. A geógrafa Ana Fani Carlos (2007, p. 20) fala sobre como a cidade é resultado de um processo de construção humana, um produto histórico-social. Para ela, a cidade se revelaria ao longo da história como um resultado sempre fluido de eventos e ações humanas acumuladas ao longo do tempo, que despontam para possibilidades futuras que vão sendo criadas na vida cotidiana. De acordo com as ideias debatidas pela autora, não seria possível uma dissociação entre espaço e sociedade, pois as relações sociais se materializariam de maneira física em um território concreto (Carlos, 2007, p. 20-21).

A cidade é o espaço físico onde vemos refletidas as relações e os acontecimentos de nossa sociedade. Terezinha Gonzaga, em sua tese *A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*, afirma que a cidade é um lugar de fazer social onde se dão encontros, comemorações, consumo, trabalho, ócio e lutas sociais (Gonzaga, 2004, p. 17). Se observamos ao longo da história das cidades, é possível perceber como as práticas religiosas, as relações sociais, os costumes, as questões econômicas e comerciais e as relações de poder se refletiram fisicamente na conformação espacial das cidades e na produção arquitetônica como um todo.

Nesse sentido, observa-se também que, em muitos casos, quando o espaço público se torna presente nas relações humanas, as mulheres não estão inseridas nesse ambiente. A elas é destinado o espaço privado das residências (onde acontece o trabalho reprodutivo). Isso se agrava sobremaneira quando pensamos que a sociedade – e, por conseguinte, as cidades – se estrutura a partir de relações políticas, das quais elas também não participaram inicialmente. Podemos dizer que a cidade urbanizada se organiza em ambientes políticos, econômicos, educacionais, comerciais, e apenas nos últimos 30 anos as mulheres começaram a se inserir neles de maneira mais substancial, mesmo assim, de maneira extremamente lenta, sendo essa inserção por necessidade de autossustento ou por resultado de embates contra a estrutura patriarcal convencional.

No entanto, mesmo que os corpos femininos tenham conquistado espaços na sociedade ao longo da história, o trabalho reprodutivo continua, na maioria dos casos, na responsabilidade das mulheres da família. Essas mulheres exercem o trabalho fora e dentro de casa, transitando de uma maneira extremamente complexa pela cidade que não as atende em termos de estrutura, segurança ou mobilidade.

Sendo assim, o presente trabalho discute a questão do uso da cidade pelos corpos femininos e as dificuldades encontradas no que tangencia a mobilidade e a permanência em espaços públicos. Para isso, o artigo traça uma contextualização do tema articulando o traçado histórico de ocupação das cidades e as autoras da epistemologia feminista.



## Contextualização

A forma como as mulheres ocupam hoje os espaços públicos da cidade resulta de uma construção social histórica e, para compreendê-la, primeiro precisamos entender como sua posição social acompanhou a história da formação das cidades e qual foi o seu papel nesse longo processo.

Segundo Terezinha Gonzaga (2004, p. 73), antes de estar economicamente em classes inferiores, a mulher é culturalmente inferiorizada. Isso acontece para que a ideologia dominante – capitalista e machista em questão – se sustente, uma vez que, como se sabe, para que haja um sistema de dominação, é necessário haver um sistema a ele subordinado. A autora coloca que os espaços foram conquistados pelos homens e sustentados em uma relação de dominação sobre a mulher, os filhos, os escravos, os animais e a natureza. Diante disso, entenderemos a propriedade privada como marco inicial dessa dominação, levando em consideração que, embora os saberes matriarcais tenham sido muito importantes para promover essa permanência, a mulher foi pouco valorizada como alicerce e muito menos incluída no uso desse espaço que foi se desenvolvendo posteriormente em vilas e assentamentos urbanos ao longo da história.

Silvia Federici, em seu livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, fala sobre como o movimento europeu de cercamentos e expropriações confabulados entre igreja, Estado e proprietários de terras, que ocorreu a partir do final do século XV na Europa e do século XVI na América, foram os precursores para o estabelecimento da propriedade privada e como eles afetaram sobremaneira as mulheres. Segundo Federici (2017), quando a terra foi privatizada, as mulheres encontraram mais dificuldades do que os homens para se sustentar. O trabalho nômade era mais difícil para elas por causa da exposição à violência masculina e ainda pela mobilidade, que era dificultada pela gravidez e cuidado com a prole. Assim, as mulheres estiveram cada vez mais envolvidas e confinadas ao trabalho reprodutivo.

A figura da dona de casa, construída pelas mudanças sociais ao longo da história e reforçada no século XIX, acabou por reforçar a posição das mulheres na sociedade. Essa configuração é reflexo da forte divisão sexual do trabalho e da influência intrínseca sobre o modo como as pessoas vivem nas cidades. Dessa forma, o lugar próprio das mulheres acabou sendo definido e reforçado inúmeras vezes como sendo o do interior da casa, onde se ocupam de afazeres não produtivos (Montaner; Muxí, 2014), enquanto o lugar de permanência dos homens é o local de trabalho, este degradante, braçal e laborioso. Certamente, os reflexos dessa constituição social são observados com frequência ainda hoje.

Entretanto, como aponta Dolores Hayden (1984 *apud* Freitas, 2019, p. 2), o papel doméstico imposto à mulher exigia uma posição social dela, e a transformação dessa posição social não aconteceria se suas responsabilidades domésticas



continuassem sustentando o modelo hegemônico de família. Desde então, a mulher branca da classe média esteve trabalhando fora de casa, ao mesmo tempo que tentava mantê-la em ordem. Muitas vezes, para que isso fosse possível, elas designavam esta função a outra mulher, geralmente preta. Para essa outra mulher, a luta feminina pelo direito ao trabalho não era uma questão, tendo em vista que ela sempre precisou contribuir (ou, muitas vezes, prover integralmente) financeiramente para o sustento de seu lar.

Nesse contexto, o trabalho que até então era desenvolvido pelas mulheres sem remuneração passa a ser terceirizado a outras mulheres ainda mais exploradas (Carneiro, 2003), sendo elas contratadas para educar os filhos e fazer a manutenção do ambiente doméstico das primeiras, e cuidar de doentes e idosos. Nessa perspectiva, Saffioti (1987, p. 116 *apud* Neves; Alves, 2020 p. 237) associa a complexidade da situação de opressão da mulher na atual sociedade brasileira à interseção de três sistemas de exploração: o patriarcado – que age sobre o corpo feminino subjugado; o racismo – que age sobre o corpo negro explorado; e o capitalismo – que age sobre o corpo proletário.

Quando essas mulheres, que antes estavam muito mais reclusas ao lar por não realizarem nenhum trabalho remunerado, começam a acessar cargos produtivos fora de suas residências visando complementar a renda necessária e assim suprir as novas demandas de consumo, elas se deparam com uma cidade que não foi pensada para atendê-las: seus percursos são mais complexos que os dos homens, já que, além do trabalho, ainda arcam com as atividades reprodutivas, ou seja, precisam levar e buscar os filhos na escola, fazer as compras no mercado, cuidar de parentes idosos e acamados, e continuar fazendo todo o trajeto que já faziam.

São as mulheres que vão sentir em seus corpos a precariedade do acesso a bens materiais e simbólicos produzidos pelas cidades e ofertados desigualmente (Alfonsin; Fernandes, 2006, p. 254). São elas que vão sentir as dificuldades relativas à acessibilidade das calçadas, que não são adequadas ao uso do carrinho de bebê ou ao caminhar infantil; a falta de segurança em determinados locais, dada pela iluminação insuficiente; excesso de fachadas cegas e terrenos vagos; e, ainda, a grande exposição a eventos de assédio, seja no transporte público, seja no espaço urbano ou em espaços privativos. Leslie Kern fala sobre os “mitos do estupro”, definindo-os como um componente essencial para embasar o que conhecemos como “cultura do estupro” e que são utilizados para uma culpabilização da vítima. Algumas falas, como “o que você estava vestindo?”, “por que não denunciou?”, “o que estava fazendo na rua até tão tarde?”, “mas, também, esse não é um ambiente para ela”, mostram quanto nossa cultura ainda tenta atribuir a culpa do assédio à mulher. Mesmo as vítimas se acusam de estar agindo indevidamente ao esperar o ônibus sozinhas, frequentar determinado bar, andar desacompanhadas ou pegar atalhos (Kern, 2021).

Neves e Alves (2020, p. 241) afirmam que, quando se trata do planejamento urbano, é indiscutível que as mulheres brasileiras estejam sendo invisibilizadas.



E isso influencia diretamente o uso e a apropriação dos espaços pelos corpos femininos, bem como a participação desses corpos nos processos de decisão a respeito do espaço. De acordo com Ferreira e Silva (2017, p. 5 *apud* Neves; Alves, 2020, p. 241), os ambientes construídos refletem os estereótipos dos lugares ditos femininos e masculinos, e a ótica masculina é predominante na produção dos espaços urbanos. A separação dos setores comerciais, industriais e residenciais pelo planejamento urbano racionalista e funcionalista contribui para o aprisionamento do corpo feminino, reforçando a divisão do trabalho. Esse aprisionamento está ligado ao fato de que o deslocamento é uma barreira entre a mulher e os serviços que a cidade oferece. Se ela não está segura para transitar pela cidade, como pontuado e exemplificado acima, fica claro que há problemas relativos à mobilidade urbana que também afetam principalmente esses corpos femininos, que são a maior parte dos usuários do transporte coletivo.

### **A mulher e o espaço urbano**

O medo que leva as mulheres a segurar suas chaves já nas mãos enquanto andam em direção ao portão de sua casa, para não se exporem ao procurá-las em sua bolsa, ou o medo que faz com que evitem passar muito perto de fachadas com recuos, que podem esconder alguém que represente ameaça, ou o medo que motiva a escolha de um caminho mais longo e demorado em lugar de um percurso mais curto e que possa apresentar perigos, mesmo que imaginários, são sentimentos geralmente não vivenciados – e sequer pensados – pelos homens.

Leslie Kern (2021) conta como sua experiência foi diferente da que teve seu irmão ao se mudarem para uma nova cidade quando eram jovens. Ela fala sobre como sua experiência de gravidez a fez sentir-se indesejada no espaço urbano ao mesmo tempo que seu corpo se tornou mais público do que antes. A sensação de exposição a incomodava por chamar a atenção das pessoas ao mesmo tempo que se sentia invisível em locais onde precisaria de algum suporte. Era uma contradição ser vista como alguém que precisava de cuidados e atenção especial, mas também alguém que as pessoas fingiam não ver para não terem que ceder o lugar no metrô. Posteriormente, com o uso do carrinho de bebê, teve de ouvir falas grosseiras a respeito do espaço que ele ocupava, e lidou com a realidade de uma cidade que não tem espaço para o carrinho ou para as suas crianças andarem lado a lado.

Além das dificuldades em relação ao trânsito com carrinhos de bebês e crianças pequenas, enfrentamos a inexistência de banheiros públicos tanto para suprir as necessidades dos corpos que menstruam como para atender à realidade de mães – geralmente as responsáveis pelas crianças – que precisam trocar as fraldas de seus bebês. Muitos estabelecimentos ainda limitam a presença de crianças, o que faz sentido em ambientes que sejam inapropriados para elas, contudo, isso



também restringe a presença de mães, uma vez que a criança, na maioria dos casos, fica continuamente sob os cuidados da mãe.

Em contrapartida, em relação aos corpos masculinos, é muito comum vê-los urinando em locais públicos de modo desimpedido e despreocupado; mesmo sendo pais, frequentando, sem julgamento externo ou restrições, estabelecimentos que possam ser inapropriados para crianças; e percorrendo a cidade livremente sem o medo constante de ameaças externas ao seu corpo. Dessa forma, é evidente que o espaço público é um local experienciado de forma muito diferente pelo homem, que se sente absolutamente seguro, e pela mulher, que não se sente segura para permanecer no espaço público ou transitar pela cidade.

Na esteira desse debate, a geógrafa Sônia Alves Calió (1991, *apud* Alfonsin; Fernandes, 2006) vai sugerir que, para uma cidade mais inclusiva aos corpos femininos, deve haver a construção de fraldários públicos, a distribuição equilibrada de equipamentos de serviços pelos bairros da cidade, o uso da iluminação pública como medida de segurança e a incorporação das mulheres nos processos de decisão a respeito dos projetos habitacionais.

## Mobilidade

Os percursos feitos pelas mulheres nas cidades também se transformaram ao longo da história e se tornaram mais complexos com a organização e modificação das formas urbanas.

Sabe-se que a principal responsável pela cadeia do cuidado é a mulher e, portanto, além da sua atividade produtiva remunerada, acabam ficando a seu encargo tarefas como levar e buscar crianças na creche/escola/aulas extras/médicos, fazer as compras no supermercado, levar os idosos aos compromissos de saúde etc. Com base nisso, podemos perceber que existe, em relação à mobilidade urbana, uma problematização de gênero que se expressa no modo de circular na cidade, em quais meios de transporte mulheres e homens mais utilizam e no acesso permitido a cada um.

Estudos que têm investigado essa problematização apontam que os padrões de viagens das mulheres são de fato distintos dos padrões de viagens masculinos e que a complexidade do deslocamento feminino é geralmente maior. Em grande parte dos cenários, os percursos masculinos se resumem ao linear casa-trabalho e possuem mais acesso a veículos particulares. A estimativa da quantidade de CNHs emitidas no Brasil, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (2022), é de que apenas 35% sejam para condutoras mulheres,



sendo os homens a maior parte dos condutores de veículos no país. Mesmo as mulheres que têm habilitação muitas vezes não contam com um carro próprio, ou pertencem a uma família com apenas um veículo que, na maior parte do tempo, acaba ficando na posse do pai, irmão ou marido.

Sendo assim, as mulheres utilizam mais o transporte público e a caminhada para transitar pela cidade, e realizam viagens com múltiplos destinos e propósitos (Silva; Dantas; Dimenstein, 2020, p. 3). Segundo Medina *et al.* (2020), a maior parte dos usuários do transporte público é de mulheres (74% das mulheres utilizam o transporte público ou andam a pé, contra 62% dos homens), e a opção por essa modalidade tem relação com a renda – de acordo com as autoras, as mulheres mais pobres são as que mais utilizam esses modais. Esse fator também contribui para que os trajetos sejam mais complexos.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, muitas mulheres, sem condições financeiras para o transporte público, optam por se locomover pela cidade a pé. Por esse motivo, é necessário pensar em infraestruturas adequadas para que o caminhar possa se dar de forma segura e saudável, sendo uma atividade atrativa e leve para o corpo feminino.

Como já dito anteriormente, a respeito do meio de transporte e as distâncias percorridas pelas mulheres nos seus deslocamentos, enfrentamos ainda questões de falta de segurança, assédio e exposição nos transportes públicos. Um grupo de trabalho de monitoramento da relação das mulheres com a mobilidade urbana na cidade de São Paulo utilizou alguns ícones em um estudo em que perguntavam às mulheres como elas se sentiam nas situações descritas, e alguns termos se destacaram.

De acordo com a pesquisa, o movimentar-se na cidade geralmente está ligado a sensações negativas e de insegurança que reverberam no corpo feminino. Como descrito pelas mulheres, todas as formas de se locomover apontam problemas – que não tangenciam o corpo masculino. Como citado anteriormente, o homem não vê problema em, por exemplo, expor seu órgão genital em público para urinar, não reflete sobre o perigo do assédio e não se incomoda com “cantadas” etc. Mesmo o aspecto da superlotação do transporte público é percebido de forma diferente pelos dois, pois mesmo que para o homem seja desconfortável estar em um transporte superlotado, isso não apresenta para ele ameaça quanto à sua integridade física, como pode representar para a mulher no sentido de facilitar assédios.

A pesquisa do Instituto Caminhabilidade também traz um ícone sobre o espaço urbano e os sentimentos das mulheres ao acessá-lo e permanecer nele. Muitas falaram que passam correndo, ou nem passam, devido à sensação de insegurança. Esse sentimento parece ser o fator que mais impede as mulheres de ocuparem e usufruírem dos espaços que deveriam ser acolhedores para todos.



## Espaço público

Quando crianças, as meninas brincam no parquinho da praça com os meninos. Quando pré-adolescentes, eles jogam bola e elas, se jogam, são julgadas por estarem ali entre eles. Quando adolescentes, eles talvez andem de skate e continuem jogando bola, mas elas são “muito frágeis” para esse tipo de esporte, além do que devem se resguardar em casa, serem estudiosas e/ou já serem responsáveis por auxiliar no trabalho doméstico. Quando adultas, podem, quem sabe, voltar a usar esse mesmo espaço para a academia ao ar livre (quando essas funcionam e as usuárias são corajosas o suficiente para não temerem tal exposição). Quando se tornam mães, levam seus filhos para brincar no parquinho.

As senhoras talvez tenham mais oportunidade de aproveitar o espaço pelo simples sentar-se e conversar com a vizinhança, e os senhores utilizam as mesas de xadrez e, também, os bate-papos para se entreterem. Nesse sentido, como já dito anteriormente, existe uma lacuna entre a pré-adolescência até a maternidade na utilização dos espaços públicos para o lazer, e, de acordo com a pesquisa do Instituto Patrícia Galvão de 2023, as mulheres que mais sofrem assédio estão na faixa de 16 a 34 anos. Ou seja, a faixa etária que mais sofre assédios é também a que menos utiliza os espaços públicos para lazer ou para permanência.

O sentimento de insegurança da mulher, em geral, também está relacionado a um homem que pode representar uma ameaça em potencial, o que não acontece em relação a outras mulheres, por exemplo, e não acontece o contrário: homens que se sentem ameaçados pela presença de mulheres. Homens se sentem ameaçados, por vezes, com a presença de outros homens que possam configurar uma conduta perigosa ou um estereótipo relacionado a violência e/ou roubo, mas isso dificilmente é esperado de uma mulher.

Um contexto em que, geralmente, as mulheres se sentem mais seguras é nas áreas periféricas em que elas moram, e observamos que isso acontece por alguns motivos: em bairros mais vulneráveis, normalmente as pessoas conhecem melhor os seus vizinhos do que em bairros abastados, em que as casas são novas e os moradores não se cruzam; famílias mais pobres tendem a morar mais perto dos seus parentes, muitas vezes na mesma casa, em “puxadinhos” ou no mesmo terreno; outro fator que contribui para a sensação de segurança nas comunidades é que muitas famílias são chefiadas por mulheres nesse contexto, representando certa autoridade e também formando uma rede mútua de apoio entre essas mães que são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias – por vezes elas deixam seus filhos umas com as outras em momentos de necessidade ou têm acordos de trocas de favores entre si em relação ao cuidado com os filhos ou idosos que lhes permitem cumprir seus afazeres fora de casa.

Olhando para o cenário da sensação de segurança nas comunidades, é possível considerar que a relação entre as pessoas, os vizinhos, o conhecer a comunidade traz segurança. A presença de pessoas conhecidas e os relacionamentos



proporcionam esse sentimento. A sensação de pertencimento talvez seja o segredo dessa segurança. Por isso, considera-se fundamental a criação de ambientes em que mulheres possam se sentir parte do espaço, seguras para permanecer e confortáveis para realizar atividades em público.

É importante pontuar que os debates que envolvem as questões de gênero são de cunho estrutural. Nossa sociedade está ancorada em uma cultura machista que ajuda a sustentar a base do nosso modelo social. Sendo assim, é fundamental destacar que as intervenções de natureza da arquitetura e do urbanismo têm como finalidade mitigar essas questões, entretanto, não conseguem supri-las em sua totalidade. Apenas uma mudança estrutural em nossa sociedade seria capaz disso.

Mesmo assim, olhar para as cidades que habitamos tendo nos calçado nas teorias de gênero pode ser fundamental para começarmos a pensar formas de os centros urbanos serem mais democráticos e seguros para os corpos femininos. E é esta a discussão a que este trabalho se pretende.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claramente, é impossível pensarmos o direito à cidade a partir das questões relacionadas à segurança urbana descolando esse debate da perspectiva de gênero. Os corpos mais inseguros nas cidades são os corpos femininos e os corpos submetidos aos seus cuidados (idosos, crianças, pessoas doentes/com deficiência). São eles que transitam nas fissuras do planejamento hegemônico, produzindo espaço urbano de outras maneiras, por meio dos complexos usos cotidianos.

Talvez, a chave para um planejamento urbano mais inclusivo, que vai responder a tantos problemas atuais e proporcionar cidades mais seguras, esteja exatamente em se observar como esses corpos se reinventam diante dos enormes desafios encontrados nos centros urbanos tão inóspitos para eles. Uma aproximação das teorias urbanas com as ações práticas e um posicionamento politizado – como vem sendo proposto, por exemplo, pelas teorias insurgentes – podem ter muito a contribuir para pensarmos a segurança urbana e o direito à cidade.

## REFERÊNCIAS

ALFONSIN, B. de M.; FERNANDES, E. (org.). *Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 253-264. v. 1.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.



CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 23 out. 2023.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. DNIT revela estudos com número de mulheres habilitadas no país. *Portal do Trânsito e Mobilidade*, 20 mar. 2022. Disponível em: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/fiscalizacao-e-legislacao/estatisticas/dnit-revela-estudos-com-numero-de-mulheres-habilitadas-no-pais/> Acesso em: 23 out. 2023.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FREITAS, C. A. de O. Estudos feministas sobre a questão urbana: abordagens e críticas. In: ENANTUR, 18., 2019, Natal. *Anais [...]*. Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

GONZAGA, T. de O. *A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4. ed. São Paulo: DataFolha/FBSP, 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

JUNQUEIRA, A. et al. *Mulheres caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana*. São Paulo: Instituto Caminhabilidade, 2018. Disponível em: [https://issuu.com/sampape/docs/mulheres\\_caminhantes\\_\\_auditoria\\_de](https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes__auditoria_de). Acesso em: 10 dez. 2023.

KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Tradução Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. 255 p.

MEDINA, G. et al. *Mulheres nas cidades*. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/935134/mulheres-nas-cidades>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.



NEVES, Y. C.; ALVES, J. R. Entre distopias e utopias conjunturais: o lugar e o papel das mulheres das cidades brasileiras. *Indisciplinar*, v. 6, n. 2, p. 234-253, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/29017/23150>. Acesso em: 23 out. 2023.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SILVA, A. de A.; DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M. D. B. Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 116-135, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v30n1.55732. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/55732>. Acesso em: 5 dez. 2023.

